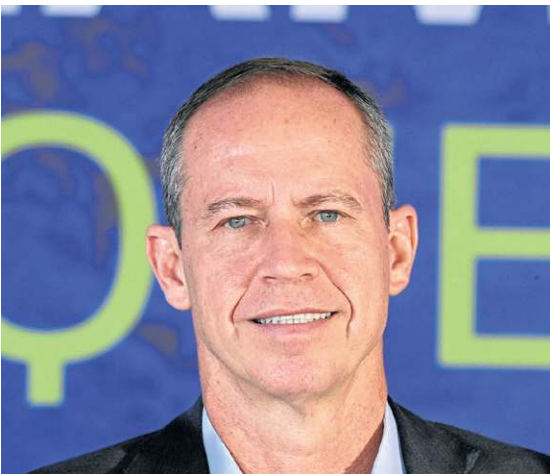


Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Carlos Vieira CB/DA Press.



Últimas definições

Depois que Paula Belmonte (PSDB) anunciou seu vice, o ex-juiz Everardo Alves Ribeiro, falta apenas a definição da chapa de Ricardo Cappelli (PSB). Mas ele promete anunciar hoje, às 10h, os nomes para vice e Senado. Entre os cotados, estavam o presidente do PSB-DF, Rodrigo Dias, e Sofia Carvalho, também filiada ao PSB.

Redes sociais



Botina e balanço

A governadora Celina Leão (PP) cumpriu a promessa feita no debate da Band e mandou entregar uma botina na casa da adversária Paula Belmonte (PSDB). Paula agradeceu, mas disse que queria mesmo era o balanço do BRB.



À QUEIMA-ROUPA

Everardo Alves Ribeiro (PSDB), ex-delegado e juiz aposentado, candidato a vice na chapa liderada por Paula Belmonte (PSDB)

“Paula me convocou para integrar o Gabinete de Combate à Corrupção, uma estrutura que será ligada à Governadoria e reunirá Controladoria-Geral do DF, Tribunal de Contas, Ministério Público e a Inteligência da Polícia Civil”

Por que o eleitor do Distrito Federal deve acreditar que a chapa Paula Belmonte – Everardo Ribeiro representa uma alternativa real ao atual modelo político de Brasília?

Paula tem experiência, coragem para fiscalizar e independência para se posicionar. Eu construí minha vida profissional na Polícia Civil, no Judiciário e na advocacia. São trajetórias diferentes, mas que se encontram em valores muito claros: respeito à lei, responsabilidade com o dinheiro público e compromisso com as pessoas. Brasília precisa recuperar a confiança nas instituições e na política. O episódio envolvendo o BRB e o Banco Master mostrou o tamanho da responsabilidade que o próximo governo terá com o patrimônio público. Nós queremos oferecer ao eleitor uma chapa preparada para governar, sem radicalismo, com firmeza, diálogo e independência.

A Paula fala em um governo mais eficiente, transparente e que combate a corrupção. Quais, na sua avaliação, devem ser os principais problemas a enfrentar?

O primeiro desafio é recuperar a confiança do cidadão no poder público. Corrupção não é apenas um problema moral. Quando há desvio, desperdício ou falta de transparência, o dinheiro deixa de chegar à saúde, à educação, à segurança e às pessoas que precisam. Também precisamos de gestão, tecnologia, transparência e mecanismos de controle que funcionem de maneira preventiva. Combater a corrupção é impedir o desvio, fiscalizar com rigor e garantir que cada real arrecadado seja aplicado em benefício da população.

Como ex-delegado e ex-juiz, qual considera ser o maior problema da segurança pública do Distrito Federal?

O maior desafio é fazer com que todo o sistema funcione de maneira integrada. Segurança pública não se faz apenas aumentando efetivo ou colocando viaturas nas ruas. Precisamos valorizar os profissionais, recompor a capacidade

Lucas Peres/Divulgação



operacional das forças e, principalmente, integrar Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, perícia e os demais órgãos. O plano da Paula parte justamente dessa visão: inteligência, tecnologia, regionalização e integração. Também precisamos fortalecer a prevenção. O melhor resultado da segurança pública não é apenas prender quem cometeu um crime; é conseguir evitar que o crime aconteça. E isso exige informação, inteligência e presença qualificada do Estado.

O senhor já ocupou cargos no Judiciário e na administração pública. Que erros da gestão pública do Distrito Federal identifica a partir dessa experiência e que não pretende repetir em um eventual governo?

Um dos grandes erros da administração pública é se preocupar mais com a própria estrutura do que com o cidadão. O Estado existe para servir à sociedade. Quando há excesso de burocracia, órgãos que não conversam entre si, falta de planejamento e de transparência, quem paga a conta é a população. Minha experiência na vida pública também me ensinou o valor de instituições fortes e do respeito à lei. Quero contribuir para um governo com decisões responsáveis, critérios técnicos e transparência. Quem governa precisa ter consciência de que administra um dinheiro que não é seu. É dinheiro da população e deve ser tratado com responsabilidade, seriedade e respeito.

Paula Belmonte afirmou que a chapa não está sendo formada apenas para disputar uma eleição, mas para governar Brasília. Qual seria a primeira decisão de Everardo Ribeiro como vice-governador se a chapa vencer a eleição?

Paula me convocou para integrar o Gabinete de Combate à Corrupção, uma estrutura que será ligada à Governadoria e reunirá Controladoria-Geral do DF, Tribunal de Contas, Ministério Público e a Inteligência da Polícia Civil. Portanto, eu já sei que uma das minhas missões será ajudar a criar mecanismos para prevenir desvios, identificar irregularidades e proteger o dinheiro público. Minha experiência como delegado e juiz me ensinou que o combate à corrupção precisa começar antes que o dinheiro desapareça. Não basta agir depois do prejuízo. Precisamos de inteligência, controle, transparência e integração entre as instituições. Cada real desviado é um recurso que deixa de chegar à saúde, à educação, à segurança e à população. É uma missão que recebo da Paula com muita responsabilidade.

PCdoB discute abandonar Grass e apoiar Cappelli

Os dirigentes do PCdoB no Distrito Federal não digeriram bem o acordo nacional que tirou do partido as duas vagas de candidatos à Câmara dos Deputados da federação com o PT e o PV. Das nove vagas, o PT ficou com sete e o PV, duas. O PCdoB queria uma compensação, com a indicação da vice de Leandro Grass. O nome indicado era o da dirigente sindical Berê Darc, ativista do movimento negro. Mas a campanha de Grass só aceitaria ceder a vaga para ampliar a coligação, com um vice do PSB. Já havia um acordo para que o espaço fosse aberto para Dora Gomes, do PV. Por conta dessa divergência, o PCdoB ameaça romper com a campanha de Leandro Grass (PT) e apoiar Ricardo Cappelli (PSB). Uma reunião da direção do PCdoB neste sábado vai deliberar sobre o assunto.

Solidariedade aos camaradas

Ricardo Cappelli aproveitou o embate entre PT e PCdoB para apoiar os comunistas em mensagens pelas redes sociais: “Minha solidariedade aos camaradas do PCdoB DF, em especial ao amigo Gustavo Alves (que perdeu a vaga de candidato a deputado federal). A juventude do Araguaia enfrentou o arbítrio com a própria vida, jamais se curvou. Não seria agora”, provocou Cappelli.

Compensação

Na negociação nacional para a distribuição das vagas de deputados federais, o PCdoB recebeu compensações em outros estados. A direção local não ficou satisfeita. O PT nacional interferiu porque a meta é pelo menos manter a bancada atual de deputados federais. Com a saída de Erika Kokay (PT) para a disputa ao Senado, há o receio de os candidatos da federação não fazerem o coeficiente eleitoral, com a perda dos 140 mil votos da petista. Em 2022, o PCdoB teve apenas 6,3 mil votos.

Carlos Vieira CB/DA Press.



O time do Lula

Diante dos embates no campo progressista, Leandro Grass (PT) postou uma mensagem nas redes sociais em que aponta a importância da união contra os adversários reais. “Não se trata apenas de uma coligação, mas de um projeto coletivo acima dos individuais e das vaidades. Somos o time de Lula no DF”, afirmou. “Chegou a hora de virar o jogo e tirar o povo da fila”, acrescentou.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | MAX MACIEL | DEPUTADO DISTRITAL PELO PSOL

Urgência por um novo modelo

Ao *CB.Poder*, o presidente da Comissão de Mobilidade e Transporte da CLDF afirmou que o transporte público é uma das questões prioritárias para a população e que a atual organização de linhas de ônibus e metrô precisa ser revista

» LUIZ FELLIPE ALVES

O deputado distrital Max Maciel (Psol), presidente da Comissão de Mobilidade e Transporte da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), disse, no *CB.Poder* — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília, de ontem, que a capital precisa rediscutir a modelagem das linhas de ônibus e metrô e questionou o crédito suplementar de R\$ 500 milhões enviado à Câmara pelo GDF para arcar com custos do transporte público do DF. Às jornalistas Mariana Niederauer e Mila Ferreira, o parlamentar ainda comentou sobre seu apoio à candidatura de Leandro Grass (PT) ao Palácio do Buriti.

O GDF enviou, recentemente, um projeto de lei pedindo um crédito suplementar de mais de R\$ 500 milhões voltado para a mobilidade do DF. Há chances de esse projeto ser aprovado na Câmara Legislativa?

Para falar a verdade, isso é comum na CLDF e no Executivo, desde sempre. Eles não colocam no

orçamento real o que, de fato, é o custo da mobilidade. Então, quando chega um determinado período, esse dinheiro acaba e precisa de um crédito suplementar. O que nos chama a atenção é que, em 2023, quando tomamos posse, o crédito suplementar foi mais de R\$ 150 milhões; em 2025, foram R\$ 55 milhões; agora, foram R\$ 508 milhões. Queremos entender o que é esse recurso. O que chegou para alguns deputados é que seria para o pagamento da folha dos profissionais rodoviários. Só que essa folha é paga pela bilhetagem, que vai direto para as empresas e não para o GDF. Eu não posso pagar a folha salarial com esse dinheiro porque a fonte não permite. O governo não conseguiu explicar, mas pedimos que fosse adiado para a próxima o dia 18.

Sobre a atual situação do metrô. O que pode ser feito para resolver essa crise?

Sem dúvida nenhuma, temos que rediscutir a modelagem do DF. Temos um contrato baseado em 2011, que, naquela época, fazia sentido, mas que não se encaixa mais. Por exemplo, há linhas de

Ed Alves/CB/D.A Press



ônibus que concorrem com o metrô. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Já era para ter troncos rodoviários alimentados por corredores de ônibus, VLT e BRT e os ônibus circulares abastecendo essas vias. Precisamos ampliar o investimento do metrô. Tem gente que fala que o metrô não é viável — isso é lobby rodoviarista. O Metrô-DF não é para dar lucro, é para servir ao povo. Uma última fiscalização que fizemos mostrou que, em 2019, o DF tinha 32 trens e, agora, tem apenas 19. Isso gera superlotação e mais falhas no sistema. O Metrô-DF também

tem uma vacância de 600 profissionais. O corpo operacional tem que ficar em polos específicos e, às vezes, utilizando seu próprio carro ou a viatura do metrô, para ir a outras estações, porque é mais fácil do que esperar o trem. Defendemos a expansão, ela é necessária, mas primeiro, precisamos organizar a estrutura que temos hoje. Se eu abro mais duas estações, eu aumento o tempo de espera do metrô. Precisamos comprar novos trens, mudar a central energética, criar uma central própria e fazer novas subestações. Além disso, precisamos contratar mais metroviários.

Como pretende contribuir com a candidatura ao governo de Leandro Grass (PT)?

Queremos entregar e colaborar com o programa de governo do (Leandro) Grass, que tem o compromisso de ter uma unidade da esquerda do DF. O que queremos fazer é apresentar um novo projeto para a cidade, uma nova perspectiva de matriz para o desenvolvimento do DF. Eu não posso pensar em um novo bairro, se eu não penso na mobilidade para esse bairro, se não, eu crio ilhas de segregação populacional. As pessoas têm adquirido casas por meio de programas habitacionais, mas têm desistido de morar



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista completa

em determinados lugares porque a localidade não tem a cobertura necessária de alguns serviços.

Agora, concorrendo à reeleição, se conseguir um segundo mandato, para onde o senhor vai destinar a maior parte das suas emendas?

A gente debruçou-se na Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana porque é um problema urgente da população do DF, até pela forma como Brasília foi construída. Em um eventual segundo mandato, nós ainda temos muito trabalho para a mobilidade. Mas o nosso mandato também fiscaliza a saúde, o orçamento público e fazendo denúncias, inclusive, sobre as formas de desvirtuar o orçamento. Não é que o DF não tem dinheiro — esse dinheiro está sendo drenado e sem a devida transparência.